

Expansão



Hershey registrou lucro de US\$ 396 milhões

A fabricante norte-americana de chocolates Hershey registrou lucro líquido de US\$ 396,3 milhões no quarto trimestre de 2022, o equivalente a US\$ 2,02 por ação. O resultado é superior na comparação com o mesmo período de 2021, com uma alta de 18,1%. Já a receita líquida avançou 14%, passando de US\$ 2,326 bilhões para US\$ 2,652 bilhões. **PÁGINA 3**

Café

Starbucks registrou lucro de US\$ 855 milhões

A Starbucks obteve lucro de US\$ 855 milhões no seu primeiro trimestre fiscal, encerrado em 1º de janeiro, o que representou aumento de 5% ante o total de US\$ 816 milhões em igual período do ano passado. A empresa disse, depois do fechamento do mercado, ter gerado receita recorde no trimestre, embora os custos mais altos tenham prejudicado seu resultado. **PÁGINA 3**

Obrigações

Justiça aceita pedido de proteção feito pela Oi

A Oi informou na sexta-feira, 3, que a Justiça do Rio aceitou os pedidos formulados pela companhia e suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. para suspensão de algumas obrigações assumidas pela companhia. **PÁGINA 4**

Bangladesh

ONU pede ação contra abusos a migrantes

Zuber Ahmed, de Bangladesh, é um dos cerca dos 1,6 mil cidadãos que deixaram seu país para viver em Portugal. A estimativa é de um levantamento da Organização Internacional para Migrações, OIM, realizado em 2021. Após oito anos vivendo no país, Ahmed tornou-se líder da comunidade bengalesa. **PÁGINA 5**

Órgão analisa entradas e saídas de pessoas em prédios públicos

CGU vai revisar 234 casos de sigilo de 100 anos

Carvalho acredita que o governo anterior acabou por utilizar determinadas categorias para ampliar os sigilos, de forma a dificultar o acesso à informação



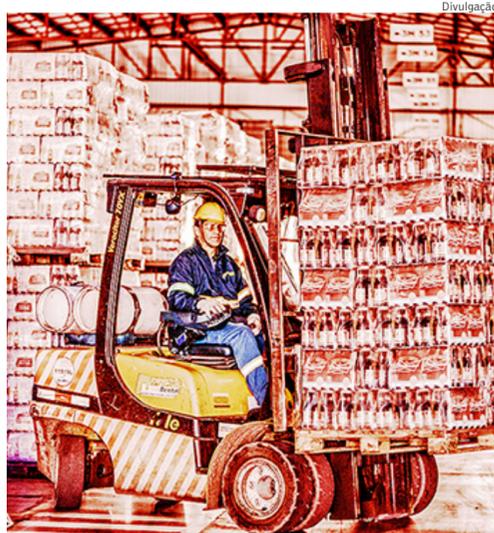
Joédson Alves - Agência Brasil

A Controladoria-Geral da União (CGU) contabiliza 234 casos de pedidos de dados via Lei de Acesso à Informação para serem revistos ou reanalisados. A medida decorre de determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela revisão das regras de sigilo de documentos da administração pública federal. "A partir do despacho do presidente da República foi determinado que fizéssemos revisão e reanálise de casos envolvendo sigilo com

base em fundamentos questionáveis, no sentido de banalizar o sigilo e prejudicar a política de transparência pública", disse o ministro da CGU, Vinicius Carvalho. Ele explicou que os números apresentados "falam mais de quantitativo do que qualitativo", e que dados quantitativos têm de ser olhados com cuidado, porque não dizem muito sobre a questão qualitativa. "Por isso, nos interessam mais os dados relativos aos argumentos apresentados do que números", disse. **PÁGINA 6**

TRIBUTOS

Ambev garante que acusação de suposto rombo é oportunista



Divulgação

A Ambev rebateu notícia publicada na imprensa nacional em que diz ter sido acusada indevidamente por uma associação formada por algumas cervejeiras concorrentes sobre "suposto rombo" em suas demonstrações financeiras. "A acusação é falsa e acreditamos que foi promovida de forma oportunista e irresponsável", diz a empresa. Em comunicado enviado à CVM, a Ambev afirma que a notícia foi publicada sem que a veracidade dos fatos fosse devidamente checada. **PÁGINA 2**

PÁGINA 6

GOLPE

Gilmar: instituições se tornaram alvo de zumbis consumidores

PÁGINA 6

LIBERDADE

Ministro do STF manda soltar ex-comandante da PM de Brasília

PÁGINA 6

MEIO AMBIENTE

BBF emite mais de R\$133 milhões em debêntures de projetos

PÁGINA 8

INOVAÇÃO

Bayer leva inovações em sementes e fungicida ao Paraná

PÁGINA 8

DESFALQUE

Funcionários da Americanas e sindicatos fazem protesto contra possíveis demissões

Manifestantes pedem esclarecimentos sobre a situação da empresa

PÁGINA 2

IBOVESPA 108.523,47 ↓ -1,47%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SUZANO S.A. ON NM	46,31	+2,87%	+1,29
KLABIN S/A UNT N2	19,37	+2,27%	+0,43
RAIZEN PN N2	3,090	+1,31%	+0,040
GERDAU PN N1	31,05	+1,24%	+0,38
PETROBRAS ON N2	27,84	+1,20%	+0,33

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
YDUQS PART ON NM	9,00	-12,79%	-1,32
HAPVIDA ON NM	4,63	-9,39%	-0,48
LOCAWEB ON NM	5,99	-9,10%	-0,60
AZUL PN N2	11,42	-8,20%	-1,02
GOL PN N2	7,78	-7,93%	-0,67

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	88,95	-0,21%	-0,19
PETROBRAS PN N2	24,79	+1,10%	+0,27
B3 ON NM	12,11	-6,85%	-0,89
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,12	-0,36%	-0,09
SUZANO S.A. ON NM	46,31	+2,87%	+1,29

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.926,01	-0,38%
S&P 500	4.136,48	-1,04%
NASDAQ	12.006,96	-1,59%
DAX 30	15.476,43	-0,21%
FTSE 100	7.901,80	+1,04%
IBEX 35	9.225,60	-0,044%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,147	5,148	↑ 2,03%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,027	0,027	↑ 1,78%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,561	5,561	↑ 1,04%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,202	6,205	↑ 0,77%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
304,50	USD\$ 1.865,48

LITÍGIO TRIBUTÁRIO

Ambev diz que acusação de suposto rombo é irresponsável e oportunista

A empresa afirmou que calcula os créditos tributários com base na legislação e as demonstrações financeiras seguem as regras jurídicas e tem ampla transparência sobre os litígios tributários

A Ambev rebateu notícia publicada na imprensa nacional em que diz ter sido acusada indevidamente por uma associação formada por algumas cervejeiras concorrentes sobre "suposto rombo" em suas demonstrações financeiras. "A acusação é falsa e acreditamos que foi promovida de forma oportunista e irresponsável", diz a empresa. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Ambev afirma que a notícia foi publicada sem que a veracidade dos fatos fosse devidamente checada e sem que a posição da empresa fosse ouvida.

"Calculamos nossos créditos tributários com base na legislação e nossas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras jurídicas e contábeis, com ampla transparência sobre os litígios tributários envolvendo a companhia", afirma.

Segundo a Ambev, mais informações sobre os referidos litígios podem ser encontradas nos diversos documentos divulgados pela empresa ao mercado, incluindo o item 4.6 do Formulário de Referência (2021), o Formulário 20-F (2021), as Demonstrações Financeiras (2021) e o Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao 3º trimestre de 2022. "Litígios tributários devidamente divulgados são muito diferentes de um suposto 'rombo'", destaca.

Segundo a empresa, a notícia induz o leitor a erro. Não existe "rombo" algum. "Temos litígios tributários em que divergimos da interpretação do Fisco. Esses litígios são o reflexo da complexidade do sistema tributário brasileiro e uma realidade de muitas empresas. Além disso, a própria imprensa esclareceu que o valor mencionado se refere a discussões de todo o setor de refrigerantes, e não apenas da Ambev", afirma.

A Ambev lembra que é uma empresa brasileira que expandiu internacionalmente e hoje opera em comunidades em 18 países, com uma cultura baseada na "ética e gerando impacto positivo" nas comunidades onde opera.

"Temos muito orgulho das nossas origens, e de a Ambev ter construído uma cultura organizacional própria, que há alguns anos vem evoluindo como parte da nossa jornada de transformação do negócio. Essa evolução inclui a visão de crescimento compartilhado com o nosso ecossistema e as nossas comunidades e o incentivo à colaboração, escuta ativa e visão de longo prazo", diz a companhia.

A recuperação judicial da Americanas, que pode se tornar a maior do Brasil, alcançou a toda poderosa Ambev, gigante multinacional de bebidas, que hoje figura como maior cervejeira do mundo.

CLIMA DE INCERTEZA



Os manifestantes pedem esclarecimentos sobre a situação da empresa e a recuperação judicial que a empresa monta, após a revelação de rombo contábil da ordem de R\$ 20 bilhões

Funcionários da Americanas fazem protesto contra possíveis demissões

Funcionários e integrantes de sindicatos de empregados do comércio protestaram na manhã de sexta-feira, 3, em frente a uma loja da empresa na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro. O endereço é simbólico: a loja escolhida pertenceu à varejista Mesbla, falida na virada dos anos 2000. O ato antecedeu uma reunião entre lideranças sindicais e representantes da diretoria da Americanas marcada para o meio-dia, também no centro da cidade.

Os manifestantes pedem esclarecimentos sobre a situação da empresa e a recuperação judicial que a empresa monta, após a revelação de rombo contábil da ordem de R\$ 20 bilhões e a comunicação de uma dívida total reconhecida de R\$ 47,9 bilhões.

Além de bandeiras de centrais sindicais, havia faixas, com inscrições sobre a preservação de empregos e direitos dos trabalhadores da Americanas. Houve gritos de "Vergonha, vergonha, Americanas sem vergonha" e queixas sobre falta de clareza e diálogo da diretoria da empresa com relação aos funcionários.

Pouco antes das 10 horas, um grupo com cerca de 200 manifestantes mar-

chou da Rua André Cavalcanti, na Lapa, até a loja da Americanas que fica próxima à Praça da Cinelândia. O espaço abrigava uma unidade da Mesbla que, ao falir, inaugurou longo e massivo litígio trabalhista. No local mais uma centena de manifestantes aguardavam o grupo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, Márcio Ayer, o objetivo é chamar a atenção da sociedade para a importância da manutenção dos empregos e a necessidade de proteção dos trabalhadores antes mesmo da quitação de dívidas com credores, conforme prega a legislação.

"São mais de 44 mil empregos diretos e, somando os indiretos, mais de 100 mil postos de trabalho. Caso seja comprovada a fraude, queremos a punição dos controladores e principais acionistas e a proteção dos funcionários", diz Ayer.

Ele acrescenta que já existe uma Ação Civil Pública (ACP) protocolada na Justiça Federal reivindicando o bloqueio dos bens da empresa para pagamento e proteção dos funcionários da Americanas.

"Vamos brigar pela manutenção de todos os empregos. Há um clima

de incerteza e insegurança sobre o futuro, porque a empresa já começou a rescindir contratos com terceirizados. Isso claramente prejudica uma cadeia de empregos muito grande", diz Ayer.

Ele participa da reunião com representantes de Americanas, acompanhado de uma funcionária da empresa que é diretora sindical e lideranças de quatro centrais sindicais: UGT, CUT, CTB e Força Sindical.

Americanas monta uma proposta de Recuperação Judicial que lhe permita arcar com dívidas de R\$ 43 bilhões declaradas à Justiça. O processo é capaz de evitar a falência, desde que seja acordado com credores. Pela lei, o mecanismo da recuperação judicial estipula uma ordem de prioridade para os pagamentos, com os funcionários à frente dos credores.

No entanto, muitas dessas empresas credoras, fornecedores e sobretudo bancos, fazem uma blitz na Justiça para bloquear valores da empresa ou acionistas de referência e garantir a antecipação de pagamentos. Algumas ações têm como alvo as fortunas dos maiores acionistas da empresa, os multimilionários Jorge Paulo Lemann, Carlos

Alberto Sicupira e Marcel Telles, que reduziram participação acionária anos antes do escândalo.

O aval da Justiça à Recuperação Judicial veio em 19 de janeiro, após pedido da varejista, que era dado como certo por analistas e agentes de mercado. A crise começara pouco mais de uma semana antes, em 11 de janeiro, quando o então presidente da empresa, Sergio Rial, renunciou ao cargo e revelou que a varejista mascarou, por anos, dívidas equivalentes a R\$ 20 bilhões em seu balanço. Oficialmente, Rial estava no cargo somente há nove dias.

O escândalo contábil fez derreter o valor de mercado da empresa e inaugurou uma guerra judicial entre a varejista e seus maiores credores, como o banco BTG, um dos mais atuantes. Os maiores bancos do País, como Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Caixa e Safra também figuram nessa lista de credores.

Essas instituições financeiras concediam os empréstimos capazes de fazer o negócio girar sob a prática de "risco sacado", quando a empresa ou seus fornecedores recorrem a bancos para adiantar pagamentos e dar continuidade à operação. Quando os fatos vieram à público, credores começaram acionar cláusulas de antecipação de pagamento dos empréstimos, rebatido com um pedido de blindagem dos ativos e recursos da empresa, numa alternância de decisões que tem dado o tom da disputa.

Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, acionistas majoritários da varejista, participam da administração da Ambev por meio da 3G Capital.

Desde conhecido o rombo na Americanas, as ações da Ambev, que oscilaram bastante na B3 por conta dos controladores em comum, tiveram queda acentuada com a divulgação, pela Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CervBrasil), do rombo de R\$ 30 bilhões por manobras tributárias fraudulentas.

Segundo levantamento contratado pela CervBrasil, desde 2017, relatórios de fiscalização da Receita Federal apontam a dívida. A empresa teria inflacionado o preço de componentes necessários para a produção de refrigerante, que são passíveis de isenção e geração de créditos fiscais na Zona Franca de Manaus.

Para o sócio do Godke Advogados, Fernando Szornobay Canutto, especialista em direito Societário pela FGV/SP, LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC/RJ, é preciso ter calma para apontar respon-

sabilidades da Receita sobre o aludido conhecimento dos fatos desde 2017.

"Ainda é cedo para dizer que a Receita falhou. E, se falhou, pode ser por diversos fatores, desde a falta de pessoal para tratar de algo deste tamanho, até supostas interferências indevidas na instituição", entende Canutto.

Diferente da Americanas, em que o trio brasileiro é majoritário no comando, na Ambev há a presença de outros acionistas relevantes, como Interbrew, SABMiller e Grupo Modelo, o

que reduz o estilo de gestão da 3G. Segundo Canutto, mesmo o grupo nacional estando envolvido em mais um rombo bilionário, não se pode responsabilizá-lo unicamente.

"Certamente não podemos colocar unicamente na conta do 3G. Mas, fato é que, além de ter importante participação na gestão das duas empresas, em um período de três semanas o grupo foi exposto a dois rombos bilionários". Canutto lembra que apesar de os acionistas de referência nas duas empresas serem os mesmos, a Ambev

não corre o risco ser envolvida na recuperação da Americanas. "São entidades distintas, com acionistas em comum, apenas", diz o especialista.

Sendo verdadeira a fraude tributária, a primeira dúvida sobre um fato desse é: como é possível a área de governança e compliance de uma empresa, do porte da Ambev, não ter identificado o problema?

Segundo Canutto, é improvável não conhecerem. "Ainda é cedo para dizer, mas acho improvável não terem ciência", conclui Canutto.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RECEITA RECORDE

Hershey apresentou lucro de US\$ 396 milhões no 4º trimestre

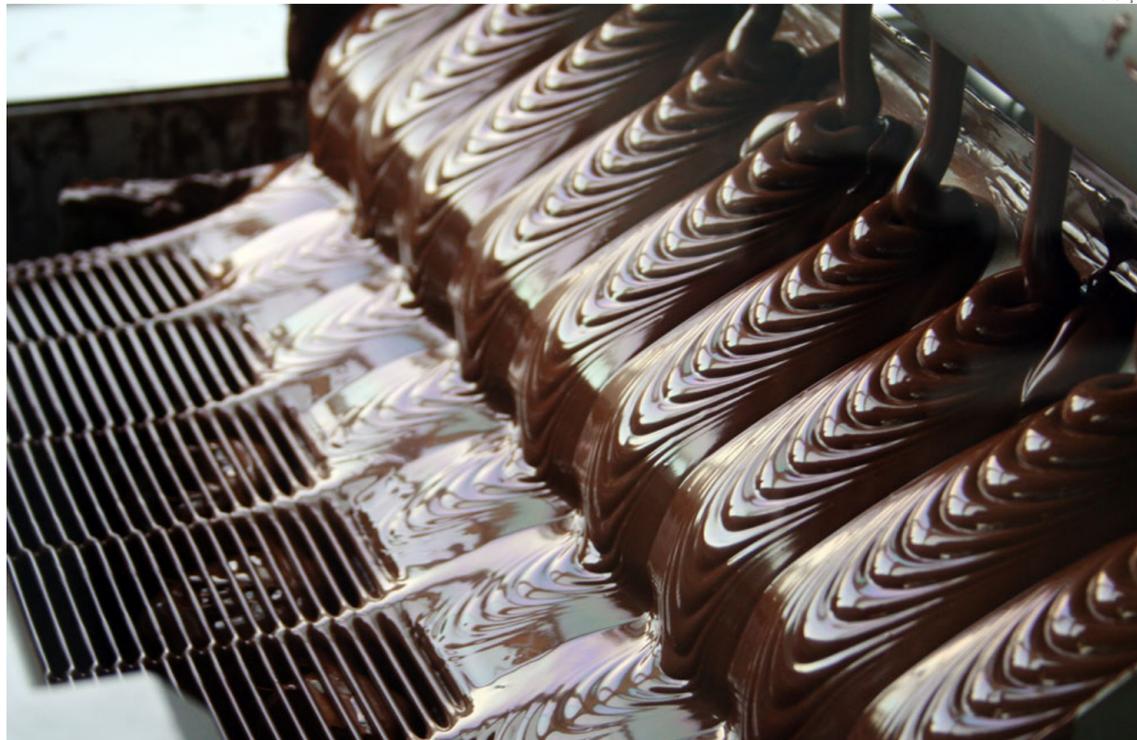
A empresa prevê incremento de até 8% nas vendas, impulsionado principalmente pelo aumento dos preços, já que a demanda do consumidor permanece estável

A fabricante norte-americana de chocolates Hershey registrou lucro líquido de US\$ 396,3 milhões no quarto trimestre de 2022, o equivalente a US\$ 2,02 por ação. O resultado é superior na comparação com o mesmo período de 2021, com uma alta de 18,1% ante o lucro líquido de US\$ 335,6 milhões, ou US\$ 1,69 por ação. O lucro ajustado ficou em US\$ 1,92 por ação. Já a receita líquida avançou 14% na comparação anual, passando de US\$ 2,326 bilhões no quarto trimestre de 2021 para US\$ 2,652 bilhões no quarto trimestre de 2022.

A empresa encerrou "um de seus anos mais fortes na história, apesar da inflação recorde, contínuas interrupções na cadeia de suprimentos e incerteza macroeconômica para muitos consumidores", disse a presidente-executiva Michele Buck em comunicado.

No quarto trimestre de 2022, a receita com vendas da América do Norte cresceu 6,8% na comparação interanual, para US\$ 2,447 bilhões. No segmento Internacional da companhia, as vendas avançaram 11,1% no mesmo período, para US\$ 205,6 milhões no quarto trimestre do ano.

Para o ano fiscal de 2023, a empresa prevê incremento entre 6% e 8% nas vendas líquidas, "impulsionado principalmente pela realização do preço líquido, já que a demanda do consumidor permanece estável por trás de níveis mais altos de publicidade e maior capacidade", disse em comunicado. "Espera-se que o crescimento das vendas e a expansão da margem bruta mais do que compensem o aumento dos investimentos em marca, capacidade e tecnologia, bem como maiores despesas com pensões e juros, para impulsionar o crescimento do lucro por ação relatado projetado de 11% a 15%



A Hershey Company teve um de seus anos mais fortes na história, apesar da inflação recorde e interrupções contínuas na cadeia de suprimentos

e o crescimento do lucro ajustado por ação de 9% a 11%", completou.

A Hershey informou, ainda, o pagamento de dividendos trimestrais de US\$ 1,036 sobre ações ordinárias e de US\$ 0,942 para ações ordinárias da classe B. O pagamento será realizado no dia 15 de março deste ano aos acionistas registrados até 17 de fevereiro. Este é o 373º dividendo regular consecutivo sobre as ações ordinárias e o 154º dividendo consecutivo sobre as ações ordinárias da classe B.

"Em 2022, a Hershey Company teve um de seus anos mais fortes na história, apesar da inflação recorde, interrupções contínuas na cadeia de suprimentos e incerteza macroeconômica para muitos consumidores", disse Michele Buck.

As vendas líquidas consolidadas aumentaram 14,0% para US\$ 2.652,3 milhões no quarto trimestre de 2022, incluindo um benefício de 3,6 pontos com a aquisição da Dot's e Pretzels. As vendas líquidas orgânicas em moeda constante aumentaram 10,7%, impulsionadas principalmente pela realização do preço líquido de 8,5 pontos. A demanda do consumidor continuou a crescer em todos os segmentos, gerando ganhos adicionais de 2,2 pontos em volume.

A margem bruta reportada diminuiu 30 pontos base para 43,2% no quarto trimestre de 2022. Essa queda foi impulsionada pela inflação ampla do custo de mercadorias, incluindo perdas de marcação a mercado de commodities, custos de fabricação e investimentos trabalhistas mais altos e mix de portfó-

lio desfavorável, que foi parcialmente compensado pelo maior crescimento orgânico das vendas líquidas. A margem bruta ajustada aumentou 20 pontos base para 43,7% no quarto trimestre de 2022. A realização do preço líquido e os ganhos de volume impulsionaram a expansão da margem bruta, que foi parcialmente compensada pela inflação de matérias-primas e embalagens, maiores custos de mão de obra, aumento dos custos de fabricação relacionados a demanda acima do previsto e mix de portfólio desfavorável.

As despesas com vendas, marketing e administrativas aumentaram 11,5% no quarto trimestre de 2022 em relação ao período do ano anterior, impulsionadas principalmente por maiores despesas corporativas. As despesas com publicidade e

marketing relacionado ao consumidor aumentaram 3,3% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Níveis mais altos de publicidade foram impulsionados pelas marcas Reese's e Jolly Rancher em resposta à capacidade incremental, que foi parcialmente compensada por eficiências de custo relacionadas a novos parceiros de mídia. As despesas com vendas, marketing e administrativas, excluindo publicidade e marketing relacionado ao consumidor, aumentaram 15,4% em relação ao quarto trimestre de 2021. Esse aumento foi impulsionado pela capacidade incremental e investimentos em tecnologia, aumento das reservas de imposto de renda e benefício favorável acumulado no ano anterior período.

DEMANDA AQUECIDA

Lucro líquido da Starbucks subiu 5% e chegou a US\$ 855 milhões

A Starbucks obteve lucro líquido de US\$ 855 milhões no seu primeiro trimestre fiscal, encerrado em 1º de janeiro, o que representou aumento de 5% ante o total de US\$ 816 milhões em igual período do ano passado. A empresa disse, depois do fechamento do mercado, ter gerado receita recorde no trimestre, embora os custos mais altos tenham prejudicado seu resultado. A Starbucks divulgou lucro por ação ajustado para itens não recorrentes de 75 centavos de dólar, abaixo da expectativa dos analistas ouvidos pela FactSet de 77 centavos de dólar.

A gigante do café registrou US\$ 8,71 bilhões em receita, aumento de 8% em relação a igual período do ano fiscal anterior, mas levemente abaixo das expectativas de analistas, de US\$ 8,79 bilhões. A Starbucks disse que os efeitos de flutuações cambiais reduziram a receita em torno de 3%.

As vendas mesmas lojas globalmente aumentaram 5% na comparação anual. No mercado chinês, as vendas mesmas lojas caíram 29% na comparação com igual trimestre do

ano fiscal anterior.

Nos EUA, as vendas mesmas lojas em pontos operados pela companhia abertos nos últimos 13 meses subiram 10%.

Os aumentos de preços no mercado norte-americano da empresa ajudaram a compensar os custos mais altos da cadeia de suprimentos, ingredientes e mão de obra durante o trimestre, disse a Starbucks.

"Publicamos os fortes resultados, apesar dos ambientes desafiadores de consumo global e inflacionários, um trimestre fraco para o varejo em geral e os ventos contrários sem precedentes relacionados à covid que se desenrolaram na China", disse o presidente-executivo interino, Howard Schultz, em comunicado.

As vendas de lojas comparáveis globais aumentaram 5%, impulsionadas principalmente por um aumento de 7% no ticket médio, parcialmente compensado por uma queda de 2% em transações comparáveis.

As vendas de lojas comparáveis na América do Norte e nos EUA aumentaram 10%, impulsionadas por um aumento



A gigante do café registrou US\$ 8,71 bilhões em receita, aumento de 8%

médio de 9% bilhete e um aumento de 1% em transações comparáveis. As vendas de lojas comparáveis internacionais diminuíram 13%, impulsionadas por uma queda de 12% em lojas comparáveis transações e queda de 1%

no ticket médio. A empresa abriu 459 novas lojas líquidas no primeiro trimestre, encerrando o período com 36.170 lojas globalmente: 51% da empresa operado e 49% licenciado. No final do primeiro trimestre, as lojas nos EUA e na China

MUDANÇAS

Nova diretoria da Petrobras agradou o mercado

Os primeiros cinco novos nomes da diretoria da Petrobras anunciados na noite da quinta-feira, 2, agradaram o mercado financeiro, que considerou a lista com forte teor técnico, o que acaba de vez com o fantasma de possíveis indicações políticas que poderiam trazer mais incerteza para a estatal. No radar, porém, ainda estão as mudanças que serão implementadas, principalmente em relação à política de preços.

"Todos são de carreira e não acredito que terão dificuldades em aprovar. A questão ainda fica para as incertezas sobre o que o novo CEO mudará na Petrobras", avaliou o analista da Mirae Asset Pedro Galdi.

Ele destacou que ainda faltam várias questões a serem conhecidas pelo mercado, como a nova concepção de política de dividendos, de desinvestimentos, a revisão do Plano Estratégico 2023-2027, e a definição sobre possíveis mudanças da política de paridade de importação (PPI).

Para Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, a opção pela "prata da casa" reduz os temores de interferências políticas na estatal.

"Ainda que sigamos acreditando que mudanças relevantes acontecerão na companhia, a opção por escolhas técnicas possivelmente vai atenuar em parte o temor do mercado com a ocorrência de intervenções em maior escala na companhia durante o próximo ciclo. De maneira geral, a tecnicidade dos nomes sugere que as mudanças ocorrerão de forma mais gradual na empresa, o que consideramos positivo", disse Arbetman.

Ele ressaltou que a única exceção ficou por conta do indicado à diretoria de Transformação Digital e Inovação, "mas que tem um bom histórico de atuação em empresas privadas", afirmou.

Os cinco nomes divulgados na quinta-feira pela Petrobras ainda vão passar pelos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo as respectivas análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da companhia, encaminhada para apreciação do Comitê de Pessoas e, em seguida, deliberação do Conselho de Administração, informou a empresa.

Segundo fontes, Prates indicará em breve outros dois diretores, um deles possivelmente uma mulher, ainda em fase de sondagem, e optou por faltar a divulgação dos nomes para adiantar o processo de avaliação, e afirma a interlocutores que não há pressão.

O diretor Financeiro, Rodrigo Araújo, está de férias e só volta no próximo dia 13, quando deverá ser demitido. Em seu lugar será nomeado o gestor baiano Sérgio Caetano Leite, hoje secretário de programa do Consórcio do Nordeste.

"Não fica ninguém. Mas sem pressão. Estamos aguardando duas entrevistas, o processo é muito meticuloso de seleção. Melhor demorar um pouco mais do que correr e aumentar a chance de erros", disse a fonte.

Com exceção do escolhido para a diretoria de Transformação Digital e Inovação, Carlos Augusto Barreto, próximo a Prates, todos os outros nomes são de carreira da companhia.

Escolhido para o lugar de Cláudio Mastella, o novo diretor de Comercialização e Logística, Claudio Schlosser, é engenheiro químico e entrou na Petrobras em 1987.

Para a diretoria de Desenvolvimento da Produção, hoje ocupada por João Henrique Rittershausen, Prates indicou o engenheiro mecânico Carlos Travassos, há 33 anos na Petrobras.

INADIMPLÊNCIA

Produção industrial ficou estável no mês passado

De acordo com o IBGE, o esfriamento da demanda comandou a perda de intensidade na atividade da indústria a partir de meados do ano passado

A produção industrial ficou estável em dezembro ante novembro, na série com ajuste sazonal, informou na sexta-feira, 3, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação a dezembro de 2021, a produção caiu 1,3%. Nessa base de comparação, sem ajuste, as estimativas variavam de uma queda de 2,5% a um aumento de 0,7%, com mediana de queda de 1,3%. No acumulado do ano, a indústria teve queda de 0,7%.

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria registrou alta de 0,1% em dezembro.

Com a estabilidade na passagem de novembro para dezembro de 2022, a produção industrial registrou queda de 0,5% no quarto trimestre do ano passado, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta sexta-feira, 3, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o quarto trimestre de 2021, a produção industrial dos três últimos meses do ano passado registrou alta de 0,5%.

Segundo o gerente da Coordenação de Indústria do órgão, André Macedo, há um claro

movimento de perda de intensidade na atividade da indústria ao longo de 2022. No terceiro trimestre do ano passado, a produção havia caído 0,3% ante o trimestre imediatamente anterior. No segundo trimestre, houve crescimento de 0,8% e, nos três primeiros meses de 2022, alta de 0,5% na produção, sempre na comparação com trimestres imediatamente anterior.

"Ao longo de 2022, há perda de intensidade na produção industrial", afirmou Macedo, em entrevista coletiva para comentar os dados da PIM-PF de dezembro e de 2022 fechado.

Na visão do pesquisador, os resultados positivos do início do ano passado, quando a produção industrial cresceu entre fevereiro e maio, foram marcados por uma demanda mais aquecida, impulsionada pelas "medidas de incremento da renda implementadas pelo governo".

Macedo citou como exemplos as antecipações do pagamento do 13º salário de beneficiários do INSS, saques do FGTS, a elevação dos valores do Auxílio Brasil, como era chamado o programa federal de transferência de renda para os mais pobres, e auxílios pontuais para caminhoneiros e taxistas, afetados pelo encarecimento dos combustíveis. "Muitas delas tinham caráter pontual", afirmou Macedo.



Reprodução
Indústria: a melhora no mercado de trabalho foi marcada por vagas precárias

Segundo o pesquisador do IBGE, o esfriamento da demanda comandou a perda de intensidade na atividade da indústria a partir de meados do ano passado. Uma "série de fatores" freou a demanda, disse Macedo. Entre eles estão os juros em elevação, o que torna o acesso ao crédito "mais caro e mais difícil", a inflação mais elevada, especialmente de alimentos, "o que reduz a renda disponível", e a inadimplência e o endividamento em crescimento.

Mesmo a melhora no mercado de trabalho, lembrou Macedo, foi marcada pela geração de empregos precários. Ou seja, a melhora no mercado de

trabalho não foi acompanhada de crescimento mais pujante na massa de salários, o que também impede um fôlego maior para a demanda.

"Todos esses fatores ajudam a entender a razão pela qual a produção mostra menor intensidade no segundo semestre (de 2022). Além disso, tivemos um ambiente de incerteza, que afeta decisões de investimentos e consumo", afirmou Macedo.

Com o desempenho de dezembro, a produção industrial ficou 2,2% abaixo do nível atingido em fevereiro de 2020, o último mês antes da pandemia de covid-19 se abater sobre a economia do País

CERTIDÕES NEGATIVAS

Justiça aceita pedido de proteção contra credores e suspende obrigações da Oi

A Oi informou na sexta-feira, 3, que a Justiça do Rio aceitou os pedidos formulados pela companhia e suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. para suspensão de algumas obrigações assumidas pela companhia.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa detalha que a decisão determina a suspensão da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as instituições elencadas no pedido da Tutela de Urgência e todas as entidades de seus respectivos grupos econômicos, todos os demais instrumentos vinculados às referidas instituições e todas as entidades de seus grupos econômicos, bem como a quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos ou vencidos antecipadamente na data do pedido da Tutela de Urgência.

A decisão determina ainda a suspensão dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; a suspensão de eventuais penhoras, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de Terceiros.

Outro ponto é a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido da Tutela (proteção dos credores) de Urgência, de futuro

pedido de recuperação judicial ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, imponha o vencimento antecipado das dívidas ou dos contratos celebrados pelos Requerentes, e autorize a suspensão ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos ou serviços fornecidos tão somente em razão desta Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise.

Também prevê a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que as Requerentes exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

"A Tutela de Urgência configura a medida mais adequada, neste momento, para proteger a companhia e suas subsidiárias contra execução/exigibilidade de créditos e de excussão de garantias e permitir o avanço das discussões e tratativas com credores visando potencial renegociação de dívidas, com o intuito de resguardar o resultado útil de um eventual processo de recuperação judicial que venha a ser ajuizado no prazo legal, bem como otimizar a sua liquidez e perfil de endividamento e, sobretudo, preservar a função social da Companhia, a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a Anatel", diz a empresa.

SEGUROS

SulAmérica organiza encontro em Natal (RN)

A SulAmérica organizou no último dia 31 mais um importante encontro entre executivos(as) e parceiros(as) da companhia. Realizada na sede do SINCOR-RN em Natal (RN), a conversa debateu a respeito de competências e habilidades para o profissional do futuro, bem como contribuiu com estratégias de novos negócios para as corretoras, com foco na criatividade, empatia, colaboração e adaptabilidade.

O encontro com café da manhã trouxe também uma importante troca sobre diversidade e inclusão, além do universo VUCA (volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade) e a transição para o mundo BANI (fragilidade, ansiedade, não linear e

incompreensível) - conceitos que complementam a análise dos negócios por meio de tendências. A abordagem falou ainda sobre proteção integral para os(as) clientes, destacando as soluções de Vida, Previdência e Investimentos.

Raphael Cunha, superintendente regional da SulAmérica no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, comandou o evento ao lado de Giselly Andrade, gerente regional da SulAmérica, com participação da diretoria do Sincor-RN e da Empreendimentos Assessoria, que apoiam na região com os executivos Samia Brandão e Inaldo Reis. Cunha comentou sobre a importância da realização de mais esse encontro na capital norte-riograndense.

Vencedores de prêmio serão conhecidos na quarta-feira

Os vencedores da 6ª edição do Prêmio Nacional de Jornalismo em Seguros serão anunciados, na próxima quarta-feira, 8, numa cerimônia em São Paulo, na sede da Escola de Negócios e Seguros.

No total, os prêmios somam R\$ 120 mil. A premiação é organizada pela ENS e tem o apoio da CNseg e da Fenacor.

O evento acontecerá de forma híbrida, com participações presenciais e transmissão ao vivo pelos canais da ENS e da Fenacor no YouTube, a partir da Sala do Futuro, ambiente da ENS. Estarão presentes

autoridades e personalidades do setor de seguros, representantes das patrocinadoras, jornalistas finalistas e outros profissionais da comunicação.

Um dos principais momentos do evento será a palestra "Perspectivas econômicas e o mercado de seguros em 2023", que será conduzida pelo jornalista Carlos Alberto Sardenberg, embaixador do Prêmio.

Desde 2016, quando foi criado, o Prêmio Nacional de Jornalismo em Seguros se consolidou como o maior reconhecimento aos profissionais de imprensa que produzem reportagens sobre o setor de seguros.



Representantes da Sompo Seguros e Assessorias de Seguros do Rio de Janeiro durante o encontro

Sompo Seguros reúne times de assessorias no RJ

A Sompo Seguros S.A., subsidiária da Sompo International, empresa responsável pelas operações de seguro e resseguro do Grupo Sompo Holdings fora do Japão, promoveu no último dia 26 um café da manhã em sua filial no Rio de Janeiro, para apresentar às Assessorias de Seguros, as estratégias da companhia para o ano de 2023.

Fernando Grossi, diretor Executivo Comercial e de Marketing, e Eduardo Fazio, diretor Comercial da Sompo Seguros para as regiões Norte, Nordeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo; aproveitaram a oportuni-

dade para reiterar o compromisso da companhia frente ao crescimento de 15% nos negócios efetivados por meio das assessorias de seguro no Estado.

"Ao longo do ano de 2022 nossa equipe comercial desenvolveu um trabalho de fomento de negócios muito exitoso. Nossa atuação em parceria com as assessorias locais garantiu todo o suporte para que corretores de seguros aproveitassem as oportunidades e aumentassem a produção nos ramos em que já atuavam anteriormente. Além disso, muitos deles encontraram os meios para diversificar e rentabilizar

a carteira, passando a comercializar produtos de outros ramos", considera Eduardo Fazio.

O aumento no volume de negócios desenvolvido por meio das assessorias de seguro do Estado do Rio de Janeiro foi alcançado a partir de um plano de crescimento apresentado durante um café da manhã, realizado no início do ano de 2022. Entre outros aspectos, a iniciativa contemplou investimentos da companhia em estratégias de mercado para garantir uma série de vantagens competitivas para os produtos em termos de cobertura, preço e remuneração.

Programa da Allianz Saúde gera resultado

A Allianz Saúde criou, há dois anos, o Programa Equilíbrio. Focado em saúde mental, a ação tem como objetivo ajudar as empresas clientes na implementação de iniciativas que apoiem seus funcionários na qualidade de vida emocional.

Os casos tratados pelo Programa Equilíbrio correspondem principalmente à ansiedade e à depressão, que são classificados como alto (66%) médio (17%) e baixo (17%) riscos. Ao fim de 2022, a ação teve sua efetividade medida, ao apontar redução para leve em torno de 80% dos casos mais graves de ansiedade e depressão de seus participantes, além de melhorar a percepção de saúde e a estabilidade emocional daqueles que integram a ação. Em 2023, o Programa segue com 57% dos participantes sendo mulheres e 43% homens, com idades que variam entre 34 e 38 anos (24%), 39 e 43 (19%) e 29 e 33 (19%).

"Com a pandemia, as companhias viram esses transtornos aumentarem entre os seus colaboradores. A partir de então, esta questão passou a ser vista com mais cuidado no ambiente corporativo", avalia Matthias Kuehn, diretor da Allianz Saúde. Segundo o executivo, a tendência é que as iniciativas voltadas à saúde mental dos funcionários avancem nos próximos anos conforme os investimentos das empresas em ações pontuais, como palestras e informativos; e também em programas mais estruturados e contínuos.

AUXÍLIO

Morales defende mais ação contra abusos a migrantes de Bangladesh

O relator especial da ONU para os Direitos Humanos dos Migrantes afirmou que o recrutamento de migrantes bengaleses envolve custos exorbitantes e o resultado é a servidão por dívidas

Zuber Ahmed, de Bangladesh, é um dos cerca dos 1,6 mil cidadãos que deixaram seu país para viver em Portugal. A estimativa é de um levantamento da Organização Internacional para Migrações, OIM, realizado em 2021.

Após oito anos vivendo no país, Ahmed tornou-se líder da comunidade bengalesa. Nessa conversa, ele descreve um ambiente favorável em Portugal, mas ressalta que esse nem sempre é o caso em outros países. "Sou presidente da Associação dos Imigrantes do Bangladesh no Barreiro. Eu estou aqui desde 2015. Faço meu trabalho a dirigir o táxi Uber. Quando cheguei foi um pouco difícil encontrar trabalho, porque não conhecia a língua. Era mais difícil comunicar. Acho que agora está um pouco melhor. Falo, mas ainda estou a aprender. É difícil arranjar trabalho, mas gosto de Portugal pelas pessoas simpáticas. Com o tempo vamos tentando."

Grande parte de bengaleses migra para o Oriente Médio, de acordo com a ONU. A OIM revela que muitos enfrentam dificuldades já no processo da mudança e depois na adaptação sendo vítimas de abusos. Por isso, a experiência de Ahmed chama a atenção.

Dados oficiais indicam haver várias centenas de estudantes, trabalhadores e familiares que se querem inserir em território português a cada ano. Na Europa, a OIM calcula que existem 456 mil bengaleses.

O sonho de uma vida melhor



Climate Visuals Countdown - Abir Abdullah

Migrantes: é necessário regular, monitorar de perto e aprimorar o sistema de recrutamento para garantir uma proteção efetiva incluindo o acesso à justiça

no exterior inspira a aventura com testes de resistência e sacrifícios pela família. Episódios de combate à vulnerabilidade e incerteza gerada pela falta de habilidades ou qualificações fazem parte do processo.

Na semana passada, o relator especial da ONU para os Direitos Humanos dos Migrantes, Felipe González Morales,

visitou Bangladesh e pediu às autoridades para intensificarem os esforços de regulamentação do sistema de recrutamento de migrantes para proteger o grupo da exploração e abusos.

Ele contou que atualmente o recrutamento de migrantes bengaleses envolve custos exorbitantes. O resultado é a servidão por dívidas, que chega a

ser a condição dos "intermediários" usados para recrutar trabalhadores.

González Morales instou às autoridades bengalesas a proteger os direitos dos trabalhadores migrantes em todas as fases da migração: antes da partida, durante o tempo de trabalho no exterior e após o retorno. O relator incentivou ações

para conter esses desafios, mas disse que ainda é necessário regular, monitorar de perto e aprimorar o sistema de recrutamento para garantir uma proteção efetiva aos migrantes incluindo com acesso à justiça.

Ele observou ainda uma "grande diferença nos esquemas de migração dos mais qualificados" ocorrendo em inícia-

tivas de governo a governo. Estas produzem resultados mais benéficos devido a regulamentação e supervisão mais robustas.

Para González Morales, os migrantes menos qualificados estão muitas vezes sujeitos a situações de fragilidade, incluindo a exploração.

São frequentemente cidadãos pobres, com baixa instrução e falta de acesso a informações para tomar decisões e melhorar as experiências migratórias.

Uma das sugestões é uma capacitação contínua para futuros trabalhadores migrantes, fornecendo informações adequadas antes da partida, incluindo os recursos de apoio em caso de abuso.

Com a criação de um novo banco de dados, o especialista destacou que deve haver uma melhor regulamentação dos intermediários, incluindo a exigência de registro.

González Morales enfatizou que a responsabilidade pelos trabalhadores migrantes recai igualmente sobre os países de destino. Estes "devem fazer sua parte para garantir uma forte proteção aos trabalhadores migrantes".

O perito pede atenção especial para as mulheres que correm um risco desproporcional de violações de direitos humanos quando são contratadas como trabalhadoras domésticas.

O relator destaca a necessidade de se assumir um papel ativo na investigação e sanção dos responsáveis por violações contra trabalhadores migrantes de Bangladesh.

LATICÍNIOS

Índice de preços de alimentos da FAO cai pelo 10º mês consecutivo

O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alcançou média de 131,2 pontos em janeiro, queda de 1,1 pontos (0,8%), em relação ao mês anterior. O resultado mensal, segundo a FAO, faz parte de uma sequência de baixa de dez meses consecutivos.

O índice já caiu 28,6 pontos (17,9%) em relação ao pico atingido em março de 2022. Conforme a FAO explicou em seu relatório, a queda se em virtude dos menores preços de óleos vegetais, laticínios e açúcar, apesar de os índices de cereais e carne terem se mantido praticamente estáveis.

O subíndice de preços dos Cereais registrou média de 147,4 pontos em janeiro, apenas 0,1 pontos acima de dezembro e 6,7 pontos (4,8%) maior do que seu nível há um ano. De acordo com a organização, entre os principais cereais, os preços mundiais do arroz e do milho subiram, enquanto os da cevada e do trigo registraram queda.

Os preços do milho aumentaram por causa da "forte demanda por exportações do Brasil e preocupações com as condições de seca na Argentina, compensando uma tendência de queda nos preços de exportação dos EUA

em meio a vendas lentas", justificou a FAO. Quanto ao trigo, os preços caíram pelo terceiro mês consecutivo em virtude de uma maior oferta global.

O levantamento mensal da FAO também apontou que o subíndice de preços dos Óleos Vegetais registrou média de 140,4 pontos em dezembro, caindo 4,2 pontos (ou 2,9%) em relação a dezembro e ficando quase 25% abaixo do nível do ano anterior, seu nível mais baixo desde fevereiro de 2021. Segundo a FAO, a queda refletiu os preços mundiais mais baixos dos óleos de palma, soja, girassol e canola.

Na sondagem mensal da FAO, o subíndice de preços das Carnes apresentou média de 113,6 pontos em janeiro, queda de 0,1 pontos (0,1%) em relação a dezembro, sendo este seu sétimo declínio mensal consecutivo, mas ainda ficou 1,5 pontos (1,3%) acima do nível do ano anterior. Conforme a FAO, o principal motivo foi os preços mais baixos das carnes de aves - mesmo com os abates relacionados aos surtos de gripe aviária -, bovina e suína, apesar do aumento da carne ovina.

O subíndice de preços de Laticínios, por sua vez, registrou média de 136,2 pontos em janeiro, 2 pontos (1,4%) abaixo de dezembro, seu



Divulgação

A queda em janeiro refletiu a retração nos preços internacionais da manteiga

menor nível em 12 meses. A queda em janeiro refletiu a retração nos preços internacionais da manteiga e do leite em pó. Em contrapartida, os preços mundiais do queijo aumentaram ligeiramente, impulsionados por uma recuperação nos serviços de alimentação e vendas no varejo na Europa Ociden-

tal, após os feriados de ano novo e movimentos cambiais.

A FAO calculou, ainda, que o subíndice de preços do Açúcar ficou, em média, em 115,8 pontos em janeiro, baixa de 1,3 pontos (1,1%) em relação a dezembro - marcando o primeiro declínio após fortes aumentos registrados nos dois meses anteriores.

PROGRESSOS

Roma acolherá 50 mil pessoas para avaliar sistemas alimentares

A Itália começou os seis meses de contagem regressiva para reunir mais de 50 mil representantes internacionais, no primeiro exame dos avanços da Cúpula dos Sistemas Alimentares de 2021.

O Momento de Avaliação dos Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas, agendado para 24 de julho, em Roma, foi anunciado na sexta-feira pela vice-secretária-geral Amina Mohammed e pelo vice-primeiro-ministro e chanceler da Itália, Antonio Tajani.

A reunião na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO, prevê acolher 77 chefes de Estado e de governo de 193 países.

A meta é juntar todas as partes que se comprometeram a acelerar o impulso dos sistemas alimentares para se cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS.

O evento ocorre dois anos após Roma ter abrigado a Pré-Cimeira dos Sistemas Alimentares, um evento preparatório que juntou diversos líderes.

A vice-secretária-geral da ONU disse, em Roma, que no evento deste ano os participantes devem indicar evidências de que a transformação dos sistemas alimentares é um fator essencial para acelerar os ODS.

Para Amina Mohammed, "sistemas alimentares mais sustentáveis, equitativos, saudáveis e resilientes têm impacto direto na vida e nos meios de subsistência das pessoas quando se busca um futuro melhor para as pessoas e para o planeta."

Além da FAO, o evento envolve o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Ifad, e o Programa Mundial de Alimentos, PMA.

Também colaboram o Centro de Coordenação dos Sistemas Alimentares e o Sistema das Nações Unidas.

Na reunião, os países relatarão os progressos alcançados em nível nacional desde a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU em 2021 e suas contribuições para cumprir a Agenda 2030.

Os mentores do evento reconhecem que, em dois anos, o contexto global alterou de forma substancial. Mesmo com esperanças de recuperação e melhoria da segurança alimentar após a pandemia, a fome aumentou ainda mais em 2021.

TRANSPARÊNCIA

CGU vai revisar 234 casos de sigilo de 100 anos decretados pelo governo

O ministro disse que a transparência é decorrência lógica do princípio da publicidade da constituição, que ajuda no aprimoramento de políticas públicas e no monitoramento da ação governamental

A Controladoria-Geral da União (CGU) contabiliza 234 casos de pedidos de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI) para serem revistos ou reanalisados. A medida decorre de determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela revisão das regras de sigilo de documentos da administração pública federal.

“A partir do despacho do presidente da República foi determinado que fizéssemos revisão e reanálise de casos envolvendo sigilo com base em fundamentos questionáveis, no sentido de banalizar o sigilo e prejudicar a política de transparência pública”, disse o ministro da CGU, Vinicius Carvalho, ao apresentar um balanço inicial dos resultados obtidos até o momento.

A determinação pela transparência de gastos federais já resultou na divulgação, em 12 de janeiro, de gastos com o cartão corporativo dos ex-presidentes da República entre 2003 e 2022. As informações liberadas abrangem os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

De acordo com a controladoria, entre 2019 e 2022 foram registrados 511.994 pedidos de acesso à informação. Destes, 64.571 foram negados total ou parcialmente.

“O que me chamou a atenção foi o fato de que, deste total, apenas 2.510 foram objeto de recurso para a CGU, o que revela que muita gente desiste ao longo do caminho, após ter o pedido inicial negado. Veja que a porcentagem de recursos feitos à CGU é menor do que 5%”, disse o ministro.

Ainda segundo Carvalho, 1.335 dos cerca de 2,5 mil



Carvalho explicou que os números apresentados “falam mais de quantitativo do que qualitativo”, e que dados quantitativos têm de ser olhados com cuidado

pedidos que foram objeto de recurso receberam uma negativa, como resposta ao pedido de acesso à informação.

Dos 234 casos de pedidos de informação que serão analisados ou revisados pelo órgão, 111 apresentaram como justificativa o fato de envolverem segurança nacional; 35 apresentaram como justificativas questões envolvendo a segurança do presidente da República ou de seus familiares; 49 abrangiam informações consideradas pessoais; e 16 eram relativos à proteção das atividades de inteligência. Ainda

segundo a CGU, 23 pedidos foram negados por “outros motivos”.

“A partir de segunda-feira (6), quem demandou essas informações começará a receber o resultado das decisões da CGU”, informou o ministro.

Carvalho explicou que os números apresentados “falam mais de quantitativo do que qualitativo”, e que dados quantitativos têm de ser olhados com cuidado, porque não dizem muito sobre a questão qualitativa. “Por isso, nos interessam mais os dados relativos aos argumentos apresen-

tados do que números”, disse o ministro.

Segundo o corregedor, o critério foi adotado porque “nos últimos anos testemunhamos alguns retrocessos importantes em relação ao acesso à informação e a toda política de transparência de um governo aberto”.

Tendo por base o material que está sob análise, ele avalia que o governo anterior acabou por “utilizar determinadas categorias para ampliar os sigilos, de forma a dificultar acesso à informação”. Ele usou como exemplo de categorias, as de

segurança nacional e de proteção de dados pessoais para situações em que elas não se enquadram.

“A transparência é decorrência lógica do princípio da publicidade de nossa constituição, que ajuda e muito no aprimoramento de políticas públicas e no monitoramento da ação governamental. É portanto algo instrumental.”

O ministro evitou falar de casos concretos, quando perguntado por jornalistas. Sua equipe, no entanto, enumerou exemplos que estão sob análise.

Entre eles estão entradas e saídas de pessoas em prédios públicos; o assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco; gastos do ex-presidente Bolsonaro com motocicletas; pagamentos de cachês de artistas feitos pela Caixa; casos de empréstimos consignados feitos por beneficiários do Auxílio Brasil; registros de armas de fogo; listas de passageiros em voos da Força Aérea; e compras públicas envolvendo Exército e Forças Armadas.

O ministro lembrou que servidor público que não cumpre a lei de acesso à informação “é passível de responsabilização”, mas que a CGU terá todo cuidado para evitar injustiças ao fazer a análise das motivações de negativas de acesso à informação. “O que avaliamos é o argumento que foi dado”, disse.

A fim de fortalecer o Sistema de Acesso à Informação, a CGU apresentou algumas sugestões a serem adotadas pela administração e por órgãos públicos. Entre elas, fortalecimento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; criação de programas de orientação e capacitação; avaliação qualitativa de respostas a pedidos de acesso à informação, com uso de inteligência artificial para reduzir recursos a instâncias superiores; padronização de procedimentos e proposição de atos normativos; e emissão de orientações para harmonização da garantia do acesso à informação com outras legislações e direitos.

A controladoria sugeriu também a promoção da Lei de Acesso à Informação como instrumento de participação social, por meio de articulação junto a organizações da sociedade civil para projetos de orientação e capacitação para o acesso à informação, tanto no âmbito federal como estadual e municipal.

ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS

Gilmar diz que instituições se tornaram alvo de zumbis

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na sexta-feira, 3, que as instituições brasileiras se tornaram o ‘alvo predileto de vivandeiros alvorçados adestradas na cartilha de fanatismo político ignóbil’, em referência aos ataques antidemocráticos do dia 8 de janeiro.

“Havia também um grupo situado no topo de uma estrutura que exercia posição de poder diante de zumbis consumidores de desinformação e este é um grave problema para a democracia atual”, alertou o decano em um encontro de empresários organizado em Lisboa pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), ligado ao ex-governador de São Paulo João Doria.

O ministro também defendeu a responsabilização dos golpistas que invadiram as sedes dos Poderes em Brasília e a investigação dos lucros ‘políticos ou econômicos’ que os envolvidos tiveram com os atos de vandalismo. Ele disse ainda que, apesar da ‘extensão do dano ser grande, o seu

concerto é possível’.

“Esperamos que as investigações em curso identifiquem quem ocupava o topo dessa ‘dinâmica’, afirmou. “Essa tarefa é premente para readquirirmos uma boa qualidade democrática, um fortalecimento institucional e para que nunca mais volte-mos a ser um pária internacional, objetivo expressamente vocalizado por certo expoente de uma certa doutrina.”

O ministro Ricardo Lewandowski, que também participa do evento, afirmou que a democracia brasileira ‘sobreviveu’ aos atos golpistas e que as instituições têm ‘resistido’ aos ataques.

“O Brasil sobreviveu a 8 de janeiro”, ponderou. “A democracia brasileira é resiliente e sobreviveu a esse ataque antidemocrático.”

Lewandowski foi além e defendeu que a democracia ‘saiu fortalecida’ do episódio. Ele citou como exemplo a reunião dos governadores com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Todos desceram a rampa do Planalto e

caminharam até o STF após os ataques.

“Isso representou um fato importantíssimo que mostra a união não apenas dos três Poderes, mas também dos representantes da federação brasileira. Isso foi um feito inédito e que mostra a pujança da democracia brasileira”, disse.

A jornalista, Lewandowski afirmou que a percepção sobre o Brasil melhorou após a invasão, graças à resposta das instituições.

O ministro disse ainda que o STF pensa em manter destróicos do que foi destruído no dia 8 de janeiro. Segundo ele, o busto de Rui Barbosa, que foi danificado durante a invasão do STF, não será restaurado. O ministro chamou o ataque de ‘ignóbil’ e defendeu que a memória sobre o episódio seja preservada.

Lewandowski falou também na emergência de lideranças populistas e na escalada das notícias falsas - dois eixos que, na avaliação do ministro, têm revelado a ‘fragilidade’ dos regimes democráticos.

LIBERDADE PROVISÓRIA

Ministro do STF manda soltar ex-comandante da PM do Distrito Federal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar na sexta-feira, 3, o ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), coronel Fábio Augusto Vieira, que está preso preventivamente na investigação sobre os atos golpistas na Praça dos Três Poderes. Ele foi colocado em liberdade provisória.

A decisão contraria o posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR), que havia se manifestado pela manutenção da prisão cautelar.

Moraes citou o relatório da intervenção na segurança pública do Distrito Federal e disse que o documento descarta que o coronel tenha sido ‘diretamente responsável’ pela falha das ações de segurança que permitiram a ação dos vândalos no dia 8 de janeiro. O ministro também lembrou que Vieira foi a campo tentar conter os radicais.

“Assim sendo, a partir das

investigações preliminares realizadas pelo Interventor da área de Segurança Pública do Distrito Federal, o panorama processual que justificou a prisão preventiva do investigado não mais subsiste no atual momento, sendo possível conceder-lhe a liberdade provisória”, escreveu.

O ex-comandante da PM está proibido de deixar o Distrito Federal. Se a ordem for descumprida, ele pode voltar a ser preso.

O ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), no entanto, teve a prisão mantida após passar por audiência de custódia no Rio de Janeiro. Preso em Petrópolis na manhã de quinta-feira, o ex-parlamentar ainda aguarda uma decisão sobre onde deverá cumprir a prisão preventiva imposta pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele passou a noite no presídio José Frederico Marques, em Benfica, na Zona Norte da capital fluminense.

ATOS GOLPISTAS

Torres reconhece que houve falhas na segurança pública

O ex-ministro afirmou que, uma vez aprovado, o protocolo de segurança deveria ser obrigatoriamente cumprido por todos os órgãos do Distrito Federal e não foi

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres reafirmou, que planejava “descartar”, ou seja, destruir, o rascunho de um decreto presidencial que policiais federais apreenderam em sua casa no dia 10 de janeiro. Alvo de investigação por suspeita de omissão durante o ataque às sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro, Torres prestou depoimento na Polícia Federal (PF).

Torres, que é também ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, afirmou que a minuta de um decreto com o qual o presidente Jair Bolsonaro poderia estabelecer estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, então, invalidar o resultado das últimas eleições presidenciais, não tinha “viabilidade jurídica” para prosperar.

“Não há a menor possibilidade de o ex-ministro ter redigido a minuta do decreto, que é inexecutável, impraticável e não tinha a menor viabilidade jurídica, com problemas que vão de atentados ao vernáculo (idioma) até erros técnicos. Enfim, é um documento mambembe, primário, ao qual falta concretude”, disse o advogado Rodrigo Rocca, um dos defensores de Torres.

O ex-ministro disse que não sabe quem redigiu o documento, nem como este chegou às suas mãos. Segundo o policial federal que registrou o depoimento, Torres disse “acreditar” que recebeu a minuta no seu antigo gabinete no Ministério da Justiça e Segurança Pública. E que o levou para casa junto com vários outros documentos vindos de “diversas fontes”.

O ex-ministro afirmou que, ao analisar a minuta, considerou-a “totalmente descartável”, mas que, provavelmente, sua funcionária o encontrou sobre a mesa, recolheu-o junto com outros papéis em uma pasta que guardou na estante onde os policiais federais que cumpriram o mandato de busca e apreensão o encontraram. Torres negou que tenha apresentado o documento ao ex-presidente Jair Bolsonaro e afirmou que soube pela imprensa que outras pessoas tinham recebido cópia do texto.

“O documento não foi levado para ninguém. Foi encontrado na casa do ex-ministro, quase dois meses após a conclusão da eleição. Quer dizer, se este documento tivesse a finalidade que se pretendeu dar a ele, já não estaria mais na casa do

Anderson Torres”, acrescentou na sexta-feira (3) o advogado Rodrigo Rocca.

Para Rocca, o depoimento, que durou cerca de dez horas, foi uma oportunidade para Anderson Torres apresentar sua versão dos fatos. “Ao depor, ele conseguiu ordenar os fatos, explicando inclusive alguns dos pontos levantados pelo interventor federal Ricardo Cappelli em seu relatório, cujos termos, aliás, vêm ao encontro das declarações do ex-ministro.”

O advogado antecipou que pretende pedir ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes que revogue a prisão preventiva de Torres ou a substitua por outra medida preventiva. A intenção é apresentar o pedido na próxima segunda-feira (6) e, para Rocca, tem grandes chances de prosperar.

“O quadro, hoje, é muito distinto do de quando a prisão preventiva do ex-ministro foi decretada. O doutor Anderson Torres veio dos Estados Unidos para prestar contas à Justiça, ofereceu entregar seu passaporte e franqueou acesso às senhas com quem mantém o sigilo telemático de telecomunicações”, afirmou Rocca. O advogado confirmou que, durante o depoimento, Torres informou ao delegado que, ao contrário do que tinha dito antes, não esqueceu seu aparelho celular nos Estados Unidos, mas sim o perdeu.

Delegado federal de carreira, Anderson Torres está preso desde o dia 14 de janeiro, quando retornou dos Estados Unidos, para onde viajou com a família, de férias, dois dias antes do ato antidemocrático de 8 de janeiro, que culminou com o ataque às sedes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com a destruição de instalações públicas e de parte do patrimônio histórico e artístico expostos.

Torres chefiou o Ministério da Justiça e Segurança Pública até 31 de dezembro de 2022, quando o governo Bolsonaro chegou ao fim. Por indicação do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, assumiu, em 2 de janeiro, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – cargo que já tinha ocupado entre 2019 e 2021, durante o primeiro mandato de Ibaneis.

Quatro dias depois após assumir a secretaria distrital, e já tendo substituído os ocupantes de alguns dos principais cargos da segurança local, viajou de férias para os Estados Unidos. No dia 8, vândalos e golpistas que participavam de atos antidemocráticos invadi-



Torres: “ao analisar a minuta, considerou-a descartável, mas sua funcionária o encontrou sobre a mesa e recolheu-o”

ram e depredaram o Palácio do Planalto e os prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, evidenciando as falhas no esquema de segurança montado.

Torres afirmou também que houve “falha grave” na execução do plano operacional, definido por órgãos distritais, que permitiu a ação de vândalos e golpistas que invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 8 de janeiro.

Ele relatou que, no dia 6 de janeiro, pouco antes de viajar, se reuniu com o comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, com a secretária distrital de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, e com a subsecretária de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública, Cíntia Queiroz de Castro.

Durante o encontro foi acertado que, a partir do dia 10 de janeiro, Exército e Governo do Distrito Federal (GDF) come-

çariam a remover as pessoas acampadas em frente ao Quartel-General do Exército, iniciando pelas pessoas “vulneráveis e moradores de rua”. O cronograma, contudo, foi atropelado pelos fatos, disse.

Segundo Torres, no mesmo dia 6, representantes das polícias Militar e Civil do Distrito Federal; Bombeiros; Departamento de Trânsito (Detran); Departamento de Estradas e Rodagem (DER); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Senado; Câmara dos Deputados; Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniram. Com base em informações da Subsecretaria de Operações Integradas do Distrito Federal, aprovaram um protocolo de ações integradas (PAI) para lidar com o ato convocado para o dia 8. A aprovação ocorreu. De acordo com Torres, mesmo sem indícios de “ações radicais”.

O ex-secretário acrescentou que, uma vez aprovado, o protocolo deveria ser obrigatoriamente cumprido por todos os órgãos do Distrito Federal. Ele disse que, ao assinar o docu-

mento, observou que este continha todas as diretrizes necessárias para que os órgãos de segurança pública cumprissem com suas atribuições.

O protocolo estabelecia, por exemplo, que a PM deveria planejar e executar ações de policiamento ostensivo, preservando a ordem pública durante o ato; manter as tropas especializadas de prontidão para o caso de distúrbios e não permitir o acesso de pessoas e veículos à Praça dos Três Poderes.

Ao ser questionado sobre uma declaração do governador afastado, Ibaneis Rocha, que apontou haver indícios de que o protocolo de segurança tenha sido sabotado por agentes das forças de segurança pública, Torres disse não ter nenhuma informação que corrobore a tese, mas que, certamente, houve uma “falha grave” na execução operacional do plano. Segundo ele, se tivesse sido cumprido à risca, o plano teria impedido os atos criminosos de 8 de janeiro.

que a gente conversava. E o Brasil deu certo. E este país tá dando certo? Este país está crescendo? O povo tá melhorando de vida? Não. Então eu quero saber de que serviu a independência. Eu vou esperar este cidadão (Campos Neto) terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o Banco Central independente [sic]”, disse Lula.

Sobre uma eventual mudança na lei de autonomia do BC, Lula não descartou, mas disse que isso é “irrelevante”. “Eu acho que pode haver um projeto sobre o fim da autonomia”. Mas veja, também para mim... eu quero dizer que isso é irrelevante para mim. Isso é irrelevante, isso não está na minha pauta. O que está na pauta é a questão da taxa de juros”, disse.

Os policiais federais fizeram buscas em 14 endereços e tentaram prender preventivamente três pessoas. Armas e aparelhos eletrônicos foram apreendidos. Um dos mandados de prisão também já foi cumprido.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal (STF) e são cumpridos em Rondônia, Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e no Distrito Federal.

MISSÃO

Do Val diz que Bolsonaro não mostrou contrariedade

Após narrativas desencontradas sobre e um suposto plano golpista atribuído ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), o senador Marcos do Val (Podemos-ES) deu sua versão oficial em depoimento prestado à Polícia Federal (PF). Ele afirmou que recebeu um convite de Bolsonaro, por intermédio do ex-deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), para uma reunião que teria ocorrido no dia 9 de dezembro. O senador não soube dizer exatamente o local do encontro, se era a “residência oficial, casa de lazer ou outra”.

Do Val declarou que apenas Bolsonaro e Daniel Silveira estavam presentes na reunião. Na versão do senador, o então deputado teria proposto uma “missão importantíssima” que “entraria para a história”: que ele fizesse uma gravação clandestina do ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e “conduzisse a conversa” na tentativa de induzi-lo a falar “algo no sentido de ultrapassar as quatro linhas da Constituição”.

“Teria um carro com os equipamentos para fazer a captação do áudio e gravação”, detalhou o senador. O objetivo seria anular o resultado da eleição e prender o presidente do TSE.

Ele alega que alertou sobre a ilegalidade do grampo e que Daniel Silveira teria respondido que “daria um jeito para tornar a gravação legal”, sem especificar como.

De acordo com o senador, Bolsonaro ficou calado durante toda a conversa, mas em nenhum momento “negou o plano ou mostrou contrariedade”. “A sensação era que o ex-presidente não sabia do assunto e que Daniel Silveira buscava obter o consentimento”, narrou.

O único momento em que Bolsonaro se manifestou, segundo o depoimento, foi quando Do Val afirmou que precisaria de alguns dias para dar uma resposta - o que, de acordo com o senador, foi dito para “encerrar o assunto”. “O ex-presidente respondeu que o aguardaria”, diz o termo de depoimento.

O parlamentar afirma que respondeu no final de semana que não participaria do plano, classificado por ele como uma “proposta esdrúxula”, e que, por mensagens, Daniel Silveira ainda teria tentado dissuadi-lo. “Irmão, essa missão está restrita a três pessoas e só irá ficar, provavelmente, com mais cinco após concluída. Cinco estrelas. Tranquelize-se. Essa missão, nem o Flávio saberá”, teria escrito Daniel Silveira.

O senador, no entanto, negou o depoimento saber quem seriam essas pessoas, mas “achou que podia se tratar de membros do GSI” (Gabinete de Segurança Institucional).

Marcos do Val alega ainda que se encontrou duas vezes com Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal (STF) para falar sobre o caso, uma antes da reunião e uma após ter ouvido o plano, e que o ministro “fez uma expressão de surpresa pelo absurdo da situação”. O senador afirma que não recebeu nenhum pedido para formalizar a denúncia.

A Polícia Federal (PF) colocou nas ruas na sexta-feira, 2, uma nova fase da Operação Lesa Pátria. A investigação se debruça sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro. Esta é a quarta etapa da operação.

Os policiais federais fizeram buscas em 14 endereços e tentaram prender preventivamente três pessoas. Armas e aparelhos eletrônicos foram apreendidos. Um dos mandados de prisão também já foi cumprido.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal (STF) e são cumpridos em Rondônia, Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e no Distrito Federal.

AUTONOMIA

Lula diz que vai recuperar economia, fazer ajuste no IR e aprovar reforma

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que vai recuperar a economia do País, fazer o ajuste da tabela do Imposto de Renda e aprovar a reforma tributária. “Eu quero um País com responsabilidade fiscal, econômica, política e social”, afirmou.

Para Lula, o mercado financeiro tem que entender que já ganha demais. “Entre o mercado e as pessoas com fome, vou fazer a opção de tirar as pessoas da fome”, comentou. Lula disse também que o

Brasil não pode crescer sozinho, mas com os outros países. “Não adianta ser rico cercado de miseráveis por todos os lados”, declarou.

O presidente afirmou ainda que vai reunir um grupo de empresários para entender o porquê de a Selic estar em 13,75% e que cobrará essa explicação também do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. “Vamos começar a cobrar”, comentou.

Segundo Lula, não existe nenhuma razão para a taxa de

juros estar em 13,75%, uma vez que não existiria uma inflação de demanda. O presidente reiterou que está em sua pauta a “questão da taxa de juros”.

O presidente voltou a criticar a autonomia do Banco Central, mas disse estar “muito respeitoso” com a autarquia. Ele afirmou ainda que quer “saber” a que serviu a mudança de status da instituição, embora tenha sinalizado que somente fará este debate após o fim do mandato de Roberto Cam-

pos Neto, que fica no cargo até 2024.

Lula relembrou a relação com Henrique Meirelles, presidente do BC nos seus dois mandatos anteriores, e argumentou que deu a ele “autonomia para fazer a política monetária” naquele período.

“Isso autonomia do BC para mim é uma bobagem. Eu fui presidente oito anos e o Henrique Meirelles teve toda a autonomia para fazer a política monetária que ele quis fazer. O que acontece é

AMAZÔNIA

BBF emite mais de R\$133 milhões em debêntures para implantação de usina

A empresa foi uma das pioneiras em oferecer soluções de energia renováveis para os sistemas isolados e se consolidou com uma das maiores geradoras de energia elétrica para este setor

A Brasil BioFuels (BBF), empresa de soluções renováveis e a maior produtora de palma de óleo da América Latina, concluiu a captação de R\$ 133,4 milhões por meio de emissão de debêntures com o objetivo de finalizar a implantação de usinas termelétricas para geração de energia renovável no Estado de Roraima. A oferta de emissão dos títulos foi coordenada pela Genial e, atualmente, encontra-se em negociação na B3.

"Estamos captando investimentos e trazendo parceiros para um projeto completamente sustentável, que une descarbonização da Amazônia e desenvolvimento socioeconômico da região com foco em geração de emprego e renda no Norte do país", destaca Milton Steagall, CEO do Grupo BBF. A empresa foi uma das pioneiras em oferecer soluções de energia renováveis para os sistemas isolados – regiões não interligadas ao Sistema Elétrico Nacional e se consolidou com uma das maiores geradoras de energia elétrica para este setor.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, no Brasil, há atualmente 212 sistemas isolados, a maior parte deles



A BBF produz biocombustíveis e biomassa a partir da palma de óleo cultivada em plantio próprio e possui usina para produção de biodiesel em Rondônia

na região Norte, que dependem majoritariamente de termelétricas a diesel. "Acreditamos em usar tecnologia para criar alternativas que utilizem recursos disponíveis na região, produzindo biocombustíveis e eliminando o diesel fóssil da Amazônia", acrescenta Steagall.

A BBF produz biocombustíveis e biomassa a partir da palma

de óleo cultivada em plantio próprio. A empresa possui usina para produção de biodiesel em Rondônia e, até 2025, vai inaugurar a primeira biorrefinaria do país na Zona Franca de Manaus, para produção do Diesel Verde (HVO) e Combustível Sustentável de Aviação (SAF). O biodiesel produzido a partir do óleo de palma é uma alternativa sus-

tentável para substituir o Diesel S500, por não conter enxofre, não emitir substâncias cancerígenas, além de reduzir em até 94% a emissão de CO₂.

A Companhia possui 25 usinas termelétricas em operação e outras 13 em fase de implantação na região Norte, que atendem atualmente cerca 140 mil consumidores e propor-

cionam a retirada de mais de 106 milhões de litros de diesel fóssil anualmente, contribuindo para a redução de chuva ácida, fenômeno que incide sobre a floresta amazônica por conta do uso de diesel fóssil e impacta de forma crítica todo o bioma da floresta.

Recentemente, a BBF alcançou Grau de Investimento pela agência Fitch Ratings, atingindo

Divulgação

a classificação BBB- com perspectivas positivas. A classificação configura a empresa como boa oportunidade de investimentos com baixo risco especulativo e boa capacidade de pagamento.

A Brasil BioFuels (BBF), empresa brasileira fundada em 2008, é a maior produtora de óleo de palma da América Latina, com área cultivada superior a 68 mil hectares e produção de cerca de 200 mil toneladas/ano óleo.

A empresa é pioneira na criação de soluções sustentáveis para a geração de energia renovável nos sistemas isolados, com usinas termelétricas movidas a biocombustíveis produzidos na região. Sua atividade agrícola recupera áreas que foram degradadas até 2007 na Amazônia, seguindo o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo (ZAE), aprovado pelo Decreto 7.172 do Governo Federal, de 7 de maio de 2010.

A empresa está expandindo sua oferta de biocombustíveis e firmou parcerias para produção de Combustível Sustentável de Aviação (SAF) e de Óleo Vegetal Hidrotratado (HVO), também chamado de diesel verde. Os novos combustíveis sustentáveis serão produzidos a partir de 2025 na primeira Biorrefinaria do país, em fase de construção na Zona Franca de Manaus.

PARANÁ

Bayer leva inovações em sementes e fungicida para produção agrícola

A Bayer trará novidades para o Show Rural Coopavel, que será realizada entre os dias 6 e 10 de fevereiro no município de Cascavel (PR). Em seus estandes, a empresa irá apresentar um leque de inovações para toda a jornada do agricultor, desde o planejamento até a colheita. Com investimentos globais de cerca de € 2 bilhões por ano em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a agricultura, a multinacional oferecerá experiências com produtos e soluções de ponta que contribuem com o crescimento da produção agrícola de forma sustentável.

O mais recente avanço na estratégia de trazer inovações que permitam produzir mais em um mesmo hectare poderá ser conhecido em primeira mão pelos visitantes: o Fox Supra, novo fungicida sistêmico, ideal para ser utilizado no controle de doenças na cultura da soja. A formulação possui dois ingredientes ativos, o Protopiconazol e o Impirflumax que, juntos, atuam com alta performance em diferentes fases do processo infeccioso das doenças como a ferrugem asiática, mancha-alvo, mancha-parda, antracnose, cercospora e oídio.

O fungicida, desenvolvido no país, é apenas uma das soluções que serão apresentadas aos produtores pela companhia no Show Rural Coopavel, conforme afirma Márcio Santos, presidente e líder comercial da divisão agrícola da Bayer.

"A forte pressão de pragas e doenças na agricultura brasileira demanda soluções que ajudem a alcançar, de maneira sustentável, todo o potencial produtivo existente. A Bayer se orgu-



Bayer: a forte pressão de pragas e doenças na agricultura brasileira demanda soluções que ajudem a alcançar, de maneira sustentável, todo o potencial produtivo

lha de participar de momentos cruciais para a evolução da agricultura ao lado dos produtores", comenta Santos. "Estamos muito contentes de poder mostrar pessoalmente aos visitantes do Show Rural Coopavel as inovações desenvolvidas para que eles produzam mais por hectare ao mesmo tempo em que reduzem o impacto ambiental, com um processo de tomada de decisão mais inteligente, eficiente e baseado em dados de suas propriedades."

Segundo Márcio Santos, a missão da companhia é atuar como o principal parceiro do produtor rural nas tomadas de decisão da lavoura. "Faremos isso a partir do conhecimento e do investimento que temos feito em ciência de dados, de plantas, de produtos biológicos e de agroquímicos sustentáveis

nas últimas décadas, comprovando que se é agro, é Bayer — inclusive este é o mote escolhido para a nossa presença na feira deste ano", diz ele.

O estande principal conta com um estúdio em que serão realizadas conversas e entrevistas com grandes nomes do setor, além de uma campanha de cashback exclusiva para clientes que fazem parte do Impulso Bayer, programa de fidelidade da empresa. Os visitantes poderão aproveitar a feira para se cadastrar ou, se já estiverem no programa, terão apoio para simular compras de defensivos e ver os valores que receberiam de volta no cashback — o cálculo é progressivo, então quanto mais produtos adquiridos, maior o retorno financeiro. Serão quase 35 produtos à disposição para a simulação.

Detentora das mais modernas biotecnologias em soja e milho, a Bayer contará com áreas plantadas com os últimos lançamentos em híbridos e variedades totalmente voltadas para a região.

Para a soja, os visitantes poderão conferir de perto a nova biotecnologia que já rendeu mais de 100 sacas de soja por hectare em dezenas de propriedades na última safra, a Plataforma Intacta2 Xtend®. Ela proporciona uma proteção mais abrangente contra as principais lagartas da cultura da soja, expandindo seu escopo de defesa para mais duas espécies relevantes, a Helicoverpa armigera e a Spodoptera cosmíodes. Outro benefício da plataforma são as variedades Xtend® Biotec, que geram produtividades elevadas para as áreas de

não-Bt.

Ambas as tecnologias, Intacta2 Xtend e a Xtend® Biotec podem ser associadas ao manejo com Xtend® Herbicidas, que apresenta alta eficiência no controle de plantas daninhas de folhas largas, como a buva, caruru, a corda-de-violão e o picão-preto.

No milho, o produtor poderá observar a biotecnologia VTPRO4® que, além de contribuir ainda mais para o controle das principais lagartas que afetam a cultura desde a parte radicular até as folhas e a espiga, apresenta altas produtividades com híbridos adaptados para todo o país, inclusive para o oeste paranaense.

A marca Dekalb, por exemplo, traz como destaque à feira o híbrido DKB260. Adaptado para a região Sul do país, ele

Divulgação

possui característica de ciclo superprecoce, ótima qualidade de grãos e excelente potencial produtivo. A Sementes Agroce traz o AG9035, um híbrido para a safrinha, com diferencial de possuir ciclo superprecoce, produtividade elevada e tolerância a importantes doenças como ferrugem polysora, turcicum e cercospora. Já a marca Agroeste apresentará o AS1844, híbrido que combina estabilidade, sanidade foliar e boa tolerância à estria bacteriana.

As marcas Bayer já consagradas Monsoy e Agroeste também irão marcar presença na feira e apresentar suas linhas que, somadas, já oferecem mais de 20 variedades para a soja com a nova plataforma de biotecnologia, com adaptabilidade para cada região do país, trazendo ao produtor a melhor ferramenta para obter ganhos reais de novos patamares de produtividade.

Em um país como o Brasil, com clima tropical, os defensivos agrícolas são indispensáveis para garantir a proteção de cultivos no combate às pragas, doenças e plantas daninhas. Durante a feira, o produtor poderá conhecer algumas das mais inovadoras soluções neste aspecto, como o herbicida para o manejo pré-emergente de plantas daninhas no milho, Adengo®, que traz uma alternativa com amplo espectro de controle e dois modos de ação (Isoxaflutol e Thien-carbazone), atuando tanto em folhas largas quanto em folhas estreitas. Além disso, a solução apresenta formulação estável e duradoura, podendo ser utilizada com ou sem a formação de palhada, promovendo mais eficácia do manejo pré-emergente.

Também é destaque o fungicida Fox® Xpro, que combate as principais doenças de soja, milho, algodão, cereais de inverno, girassol e feijão, fornecendo proteção e auxiliando no ganho de produtividade.

CANNABIS MEDICINAL

Startup Brasileira-Uruguaia se prepara para abrir capital na bolsa

Empresa se consolidou como uma das referências mundiais no cultivo de flores de cannabis e no fornecimento de derivados de biomassa vegetal para fins industriais, medicinais e científicos.

Fundada no ano de 2019, com sede de negócios em Curitiba (PR) e de produção na Zona Franca de Florida, no Uruguai, a Productora Uruguaya de Cannabis Medicinal (PUCMED) se consolidou rapidamente como uma das grandes referências mundiais no cultivo de flores de cannabis e no fornecimento de derivados de biomassa vegetal para fins industriais, medicinais e científicos. Agora, a startup Brasileira-Uruguaia se prepara para ser a primeira do país a abrir capital na bolsa de valores, com foco inicial na bolsa de Toronto, no Canadá, e, dependendo de sócios estratégicos, na de São Paulo (B3).

Comandada pelo Dr. Alfonso Cardozo Ferretjans, a PUCMED tem um objetivo ousado: se transformar no primeiro unicórnio da indústria da cannabis na América Latina, ou seja, primeira startup do setor avaliada em mais de US\$ 1 bi. Com a produção toda concentrada no Uruguai, a produtora conta com uma área com 15 hectares para o cultivo de flores de cannabis, que seguem os mais elevados padrões globais de excelência para uso medicinal. São 11.000 m² de estufas climatizadas, com produção semi-hidroponia, e 10.000 m² de área aberta para cultivo ecológico desenvolvido somente com produtos autorizados pela União Europeia.

"Além da nossa produção própria, que segue os principais indicadores e exigências globais, recentemente acertamos o direito de compra de

flores e biomassa de cannabis de um parceiro estratégico. Com isso, contamos hoje com o maior estoque da América Latina, com potencial para produzir mais de 2 milhões de frascos e produtos à base de cannabis", destaca o Dr. Alfonso Cardozo Ferretjans.

Atualmente, em parceria com associações e atendendo importações individuais, a PUCMED tem capacidade para tratar mais de 7 mil pacientes por mês, mas esse número vai aumentar consideravelmente. Com a expansão de seus laboratórios na Zona Franca de Florida, no Uruguai, a startup deve fechar 2023 com a capacidade para atender mais de 22 mil pessoas mensalmente. "Com a venda de flores e biomassa para a extração de fitocannabinoides, com quais são produzidos os óleos, conseguimos tratar de patologias como epilepsia, Parkinson, esclerose múltipla, dores crônicas, Alzheimer, insônia e ansiedade, além de patologias ginecológicas e odontológicas, como o bruxismo. Já há comprovação de que o corpo humano conta com um sistema endocanabinoide, que responde pela interseção e comunicação de células, receptores e enzimas de vários órgãos. Por esse motivo, esses produtos conseguem auxiliar na regulação de processos corporais, contribuindo para o sistema nervoso central e periférico, imunológico, endócrino e cardiovascular, entre outros", complementa o especialista.

Em busca de oferecer novos serviços e facilitar o acesso dos brasileiros à cannabis medicinal, a PUCMED lançou, no

final de 2022, uma nova startup no mercado nacional: a Anna Medicina Endocanabinoide, que acaba de lançar um marketplace para a aquisição de produtos com canabidiol no Brasil e criou os primeiros espaços físicos sobre o tema no país: na Santa Casa de Curitiba, hospital referência no Estado do Paraná, e no Eco Medical Center, um ecossistema completo de clínicas e serviços médicos na capital paranaense. A expectativa é de que até o final de 2024 existam pelo menos 50 centros de acolhimento Anna espalhados pelo Brasil.

Em dezembro do ano passado, a PUCMED assinou um convênio com a Belcher Farmacêutica, de Maringá (PR), especializada no desenvolvimento, fabricação e distribuição de medicamentos complexos, com foco na produção de fármacos à base de canabidiol no Brasil. "Com isso, as empresas passam a trabalhar para o desenvolvimento do mercado brasileiro, utilizando toda a expertise farmacêutica da Belcher e a excelência na produção de flores de cannabis que transformaram a PUCMED em uma referência global", destaca o CEO da PUCMED. Outro convênio importante da startup foi assinado com o Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná (TECPAR), que tem por objetivo de promover uma troca de experiências, transferir tecnologias e fornecer informações técnicas para o desenvolvimento de pesquisas na área da cannabis.

Para os três próximos anos (2023, 2024 e 2025), a PUCMED prevê um faturamento de aproximadamente US\$ 90



Com a produção toda concentrada no Uruguai, a produtora conta com uma área com 15 hectares para o cultivo de flores de cannabis

milhões. A startup deve faturar, de acordo com balanços atuais, US\$ 13 milhões em 2023, US\$ 28 milhões em 2024 e US\$ 42 milhões em 2025. "Estamos estruturando a PUCMED de maneira muito responsável, com foco em excelência e resultados em um setor que tem tudo para atingir uma expansão recorde nos próximos anos, principalmente pelo fato dos governos estarem percebendo, com o auxílio da ciência, o real potencial da cannabis medicinal. Estamos acompanhando o início de um processo, que trará grandes inovações e resultados expressi-

vos para a saúde global", completa Alfonso.

O mercado da cannabis medicinal poderá atingir US\$ 30 bilhões ao ano no Brasil a partir de 2030, segundo os dados da Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicann). Os diversos produtos com as propriedades terapêuticas poderiam beneficiar e reduzir sintomas de pelo menos 18 milhões de brasileiros, o equivalente a quase 10% da população.

Dados da consultoria Kaya Mind estimam que, após o quarto ano da legalização, a cannabis medicinal poderia movimentar R\$ 9,5 bilhões

ao ano. A entidade também é mais otimista em relação ao volume de pessoas que poderia se beneficiar dos tratamentos: quase 40% da população ou 78 milhões de brasileiros, considerando as comprovações do tratamento em diversas enfermidades.

Com uma regulação mais aberta, os produtos derivados da cannabis medicinal também poderiam ter fabricação própria nacional, incluindo seus insumos - algo vedado pela legislação atual. Essa atuação reduziria o seu preço, fazendo com que se tornassem mais acessíveis para boa parte da população.

CATÁLOGO

Banco de amostras de albatrozes e petréis tem expansão de 57,5%

O Banco Nacional de Amostras Biológicas de Albatrozes e Petréis (Baap) - gerido pelo Projeto Albatroz e situado em Florianópolis (SC) - encerrou o ano de 2022 com um aumento de 57,5% no volume de amostras disponíveis para consulta por pesquisadores.

Funcionando de forma estruturada desde 2018, ele contabiliza atualmente 10 mil amostras biológicas de 39 espécies dessas aves marinhas ameaçadas de extinção, incluindo sangue, órgãos, gônadas, ossos, cultura bacteriana, parasitas, pele, penas e diversos outros tecidos. O objetivo é coletar, catalogar e oferecer materiais que ajudem pesquisadores a conservar essas aves oceânicas que vêm ao Brasil para se alimentar fora da época de reprodução.

A ornitologista responsável pelo Baap, Alice Pereira, consultora técnica do Projeto Albatroz, informou que, além de receber amostras físicas de parceiros, o banco também recebe informações de que esses parceiros possuem.

"A nossa ideia é integrar

as coleções porque, muitas vezes, essas instituições têm as amostras, mas não dispõem de um site ou pessoal para atender os pedidos e, inclusive, de recursos para efetuar pesquisas. A gente quer fazer essa integração", disse a ornitologista.

A criação do banco atendeu uma demanda também de outros países. Os albatrozes e petréis são aves migratórias e coloniais que se deslocam pelos oceanos para se alimentar.

"Os esforços de conservação das espécies são conjuntos", destacou. Desde 2008, o Brasil faz parte do Acordo Internacional para Conservação de Albatrozes e Petréis (Acap), que é multilateral e voltado à promoção da conservação de albatrozes e petréis, por meio da coordenação de atividades internacionais para reduzir ameaças para essas aves. O acordo foi assinado em 2001 na cidade do Cabo, África do Sul, e reúne diversos países que trabalham em conjunto para trocar informações e dados visando proteger as aves no mundo. "Essa demanda surgiu do acordo",

frisou.

O Brasil conta também com o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (Planacap), que resultou na criação do Baap para que os especialistas nacionais possam pesquisar o que está acontecendo com essas aves nos mares brasileiros.

Elas costumam aparecer no Brasil em épocas diferentes para se alimentar, principalmente de peixes, moluscos e crustáceos. Os albatrozes - que se alimentam em águas oceânicas brasileiras ou próximas ao mar territorial - vêm de ilhas antárticas e subantárticas em que se reproduzem.

São exemplos o albatroz-de-sobrancelha (Thalassarche melanophris) e o albatroz-viagreiro (Diomedea exulans). Já as pardelas e petréis têm movimentos mais variados, podendo vir dos mesmos locais de reprodução que os albatrozes, como é o caso da pardela-preta (Procellaria aequinoctialis) e do petrel-gigante (Macronectes giganteus). Outras pardelas e petréis podem vir de ilhas no hemisfério norte, a exemplo

da pardela-sombria (Puffinus puffinus) e a cagarra-de-cabo-verde (Calonectris edwardsii).

A finalidade para este ano é aumentar a divulgação do banco para ter mais pedidos por amostras, visando ampliar a demanda e fomentar também publicações científicas. As novas amostras são obtidas principalmente pela parceria com instituições ligadas ao Programa de Monitoramento de Praias (PMP), contratadas pela Petrobras, além de organizações que atuam no resgate e reabilitação de aves marinhas de diversas regiões brasileiras.

O Brasil tem parceria com a Argentina em pesquisa sobre o impacto dos plásticos sobre albatrozes e petréis. "A gente quer produzir amostras e também ceder para outros", disse Alice.

A intenção é estimular parcerias com governos e acadêmias. Os interessados podem acessar o banco de amostras no endereço www.baap.org.br. O Projeto Albatroz é patrocinado pela Petrobras, e faz a gestão compartilhada do BAAP junto com o Centro Nacional de Pesquisa e Con-

servação de Aves Silvestres (Cemave) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a R3 Animal.

Pesquisadores interessados em cadastrar amostras no site podem entrar em contato pelo e-mail baap@projetoalbatroz.org.br. Para que novas amostras sejam adicionadas ao diretório do banco é necessário que a coleta da amostra siga padrões definidos no portal, e que sejam enviados dados específicos, conforme o protocolo de coleta do Projeto Albatroz.

A analista ambiental do Cemave-ICMBio, Patrícia Serafini, destacou que o banco é público, facilitando a consulta e o acesso de pesquisadores, além da conservação da espécie.

Avaliou que depois de 10 anos coordenando o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis, percebeu que havia muita lacuna de conhecimento sobre esse grupo de aves oceânicas de difícil acesso porque esses animais visitam ilhas muito afastadas da costa. "Uma amostra de alba-

troz é algo muito raro, muito difícil" disse.

Para ela, o banco tem duas funções: facilitar a pesquisa científica e encontrar respostas para conservar essas aves ameaçadas de extinção.

Os albatrozes sofrem com a ação nociva de seres humanos ao meio ambiente, como a poluição nos oceanos, com destaque para o plástico, que as aves ingerem confundindo com alimento.

As aves são ainda capturadas acidentalmente por embarcações pesqueiras, atraídas por iscas em anzóis utilizados para a pesca de peixes grandes longe da costa. Elas acabam sendo fígadas e morrem afogadas. "O principal problema é a captura na pesca", apontou Patrícia.

Reduzir a captura incidental de albatrozes e petréis é a principal missão do Projeto Albatroz. Criado em 1990, em Santos (SP), ele tem como linha principal de ação o desenvolvimento de pesquisas para subsidiar políticas públicas e a promoção de ações de educação ambiental junto aos pescadores, jovens e escolas.

COMPANHIA DETENTORA DE CRÉDITOS SPE
CNPJ 40.697.650/0001-52 - NIRE 33.3.0033672-9

RENÚNCIA À ADMINISTRAÇÃO

Arquivada na JUCERJA em 06.01.23, sob o nº 00005243074, a renúncia de FABIO GUIMARÃES LEITE (CPF. 120.608.698-03) à função de diretor da Companhia.

EXTRAVIO DE LIVRO FISCAL

A ZEMAX LOG SOLUÇÕES MARÍTIMAS S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Visconde de Inhaúma, 37, 8º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.444.865/0001-11 e com inscrição estadual nº 79.077.160, comunica, para os fins do art. 44, § 2º, do Livro VI do Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, o extravio do seu Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO), número de ordem 01, de todo o período de suas atividades.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

VIOLÊNCIA

Voo da Gol de Salvador a SP tem briga generalizada entre passageiros

A confusão com tapas, puxões de cabelo e muita gritaria teria começado após uma passageira solicitar que outra cedesse seu lugar na janela pois estava acompanhada de uma criança com necessidades especiais.

Uma briga generalizada entre passageiros causou atraso de cerca de uma hora na decolagem de um voo da Gol, que seguia de Salvador, na Bahia, para Congonhas, em São Paulo. A confusão teria começado após uma passageira solicitar que outra cedesse seu lugar na janela pois estava acompanhada de uma criança com necessidades especiais. Após tapas, puxões de cabelo e muita gritaria, 15 pessoas foram retiradas da aeronave. A Gol confirmou que os brigões não seguiram viagem.

Imagens que circulam em redes sociais mostram quando as mulheres trocam tapas, xingamentos e puxam os cabelos uma das outras. Alguns homens tentam separar a confusão sem sucesso. Os comissários de bordo intervêm e, mesmo com a ajuda de outros passageiros, não conseguem controlar os briguentos. Uma das mulheres chegou a saltar sobre a poltrona para atingir outra passageira. Os envolvidos seriam de duas famílias numerosas que não se conheciam e apenas compartilhavam o voo.

Nas redes, pessoas que estavam no voo disseram que a confusão começou quando a mãe da criança com necessidades especiais pediu para trocar de lugar com uma passageira que estava na janela. A mulher teria concordado, mas após ocupar outro assento, ligou para o marido reclamando da situação com um xingamento. A irmã da criança ouviu e teria iniciado a briga.

É possível ver nas imagens que as pessoas estão com máscara, já que ainda vigora resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) obrigando o uso do protetor facial em aeroportos e no interior de aviões.

Devido à confusão, a empresa aérea pediu apoio à Polícia Federal do aeroporto para a retirada dos passageiros do avião. O voo G3 1659, com destino a Congonhas, em São Paulo, que deveria ter saído às 13h45, decolou por volta das 15 horas.

Conforme a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), nos casos de atraso a partir de uma hora, independentemente do motivo, a companhia deve dar direito aos passageiros de se comunicarem por internet ou telefone, não havendo obrigação de outro tipo de assistência.

A concessionária do Aeroporto de Salvador informou que as medidas necessárias em relação ao episódio foram tomadas pela Gol, companhia aérea responsável pelo voo, e pela Polícia Federal, que tem jurisdição sobre a área restrita do aeroporto. A reportagem entrou em contato com a PF e ainda aguarda retorno.

Em nota, a Gol informou que as cenas dos vídeos que circulam nas redes sociais aconteceram antes da decolagem do voo. "As pessoas envolvidas que protagonizaram a cena de agressão foram desembarcadas e não seguiram viagem. A Companhia lamenta todo ato de violência e reforça que as ações realizadas pela equipe de tripulantes foram tomadas com foco na segurança, valor número 1 da Gol", disse.



As famílias foram separadas por comissários de bordo da Gol e por outros passageiros que se meteram no meio da confusão para apartar a confusão

4R Arrendamentos S.A.

C.N.P.J. 39.537.732/0001-69
Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas notas explicativas de forma resumida, ficando à disposição para os esclarecimentos necessários, inclusive para apresentação das demonstrações financeiras na íntegra.

Matão - SP, 31 de Janeiro de 2023

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais		Passivo e patrimônio líquido	
2022	2021	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.369	1.549	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	118	104	
Tributos a recuperar	178	486	
Partes relacionadas	203	-	
	7.868	2.139	
Não circulante			
Realizável a longo prazo	-	-	
Depósitos judiciais	14.866	14.323	
	14.866	14.323	
Não circulante			
Imobilizado	12.134	12.144	
	12.134	12.144	
Total do ativo	34.868	28.606	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais		Retenção de Lucros		Lucros	
Capital social	Reserva legal	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
12.155	-	-	-	-	12.155
JCP	-	-	(1.600)	-	(1.600)
Dividendos	-	-	(22.000)	-	(22.000)
Reserva legal	-	1.283	-	(1.283)	-
Retenção	-	-	24.384	(24.384)	-
Lucro do exercício	-	-	-	25.667	25.667
Em 31 de dezembro de 2021	12.155	1.283	784	-	14.222
JCP	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Reserva legal	-	372	-	(372)	-
Retenção	-	-	7.075	(7.075)	-
Lucro do exercício	-	-	-	7.447	7.447
Em 31 de dezembro de 2022	12.155	1.655	6.659	-	20.469

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 - Em milhares de reais

1. Informações gerais: 1.1 **Contexto operacional:** O Grupo Fischer foi estabelecida pelo Conselho de Administração e é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 28 de outubro de 2020 com sede na cidade de Matão, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a administração de bens móveis e imóveis próprios, incluindo direitos creditórios em geral, judiciais ou não judiciais; a locação, arrendamento e/ou a venda de bens imóveis próprios, urbanos e/ou rurais. A Companhia é diretamente controlada pelos acionistas pessoas físicas. As operações da Companhia são realizadas no contexto do Grupo Fischer ("Grupo"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia e aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 31 de janeiro de 2023. 1.2 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2. **Política de gestão de riscos financeiros:** 2.1 **Fatores de risco financeiros:** A Companhia está inserida na política de gestão de riscos financeiros do Grupo Fischer, o qual possui um departamento de tesouraria que centraliza a operacionalização da política, que orienta em relação a transações e requer a divulgação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de

A Administração. Demonstração do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

2022	2021	
Receita líquida	2022	2021
Arrendamentos	7.305	6.233
Lucro bruto	7.305	6.233
Despesas gerais e administrativas	(1.879)	(4.669)
Lucro operacional	5.426	1.564
Receitas financeiras	5.457	39.181
Despesas financeiras	(254)	(1.892)
Resultado financeiro	5.203	37.289
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.629	38.853
Imposto de renda e contribuição social	(3.182)	(13.186)
Lucro líquido do exercício	7.447	25.667

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

2022	2021	
Lucro líquido do exercício	7.447	25.667
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	7.447	25.667

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

2022	2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	10.629	38.853
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	10.629	38.853
Ajustes: Depreciação e amortização	10	10
Juros e variações apropriados	-	6
Juros sobre clientes	-	(12)
Juros sobre impostos	-	18
	10.639	38.869

Variáveis nos ativos e passivos

Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(118)	(91)
Tributos a recuperar	307	(28)
Partes relacionadas	8	-
Depósitos judiciais	(542)	(14.323)
Fornecedores e outras obrigações	5	3
Tributos a recolher	9	1.876
Caixa gerado pelas operações	10.308	26.306
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.288)	(1.158)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.020	25.148

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(1.200)	(1.600)
Pagamento de dividendos	-	(22.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.200)	(23.600)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.820	1.548
Caixa no início do exercício	1.549	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.369	1.549

Diretoria
Ronaldo Marfori Sampaio
 CPF nº 051.089.528-05
Nuno Sérgio Gomes Pereira Caldas
 CPF nº 018.737.267-00
Marcelo Henrique Soares - Contador
 CRC 1SP235476/O-3 - CPF nº 255.436.128-26

MEIO AMBIENTE

MPF recorre da decisão que deu aval para afundamento de sucata de porta-aviões

O Ministério Público Federal entrou com um recurso para anular a decisão da Justiça Federal em Pernambuco de permitir que a Marinha afunde a sucata de porta-aviões NAE São Paulo. O órgão alega, com base em uma nota técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que afundar a embarcação pode trazer riscos graves ao meio ambiente e à saúde pública em função da alta quantidade de substâncias tóxicas e cancerígenas que o ex-navio carrega.

No pedido, protocolado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Ministério Público Federal pede que a Marinha suspenda o afundamento do NAE São Paulo, ao menos que apresente estudos que comprovem que o naufrágio não provocará impactos ambientais relevantes. De acordo com o MPF, a embarcação possui 9,6 toneladas de amianto, substância tóxica e cancerígena - proibida no Brasil desde 2017 -, além de 644 toneladas de tintas "e outros materiais perigosos."

O NAE São Paulo navega sem destino pela costa brasileira desde que foi barrado de atracar nos portos nacionais e internacionais por carregar material tóxico. A Justiça Fede-

ral em Pernambuco já havia negado, na quarta-feira, liminar do Ministério Público Federal que tentava impedir o afundamento do porta-aviões. "O objetivo do MPF", informa o órgão por meio de nota, "é evitar que a decisão precipitada de afundamento cause dano irreparável ao meio ambiente marinho, à saúde pública da população e consequências sanitárias irreversíveis". Na ação, o Ministério Público pede para que a União faça estudos técnicos para definir a forma mais adequada de descartar o casco.

O juiz federal Ubiratan de Couto Maurício, da 9ª Vara da JFPE, que decidiu autorizou o descarte da embarcação, já havia argumentado de que "não é crível que a extensão do dano ambiental" do eventual afundamento não tenha sido considerada pela Marinha Brasileira.

O magistrado mencionou ainda que naufrágios e afundamentos em navios construídos antes da proibição da instalação do amianto "não comprometeram o meio ambiente como suposto", ainda que tenha havido algum dano. "Qualquer navio, construído até 2011, como a embarcação de que se cuida, continha

em sua estrutura considerável quantidade de material tóxico (amiato, etc)", escreveu.

Em resposta, no recurso apresentado, o MPF afirma que a decisão judicial "não apresenta evidências técnico-científicas de que o afundamento de outros navios construídos até 2011 (caso do porta-aviões São Paulo), igualmente com grande quantidade de amianto, não tenha comprometido o meio ambiente".

O MPF havia solicitado, em ação civil pública ajuizada na terça-feira, 31, a suspensão imediata do afundamento da sucata em águas brasileiras sem a apresentação de estudos embasados que afastem o risco de contaminação ambiental.

O casco tem 9,6 toneladas de amianto, além de 644,7 toneladas de metais pesados em tinta, 3,4 toneladas de substâncias destruidoras da camada de ozônio e 10 mil lâmpadas fluorescentes com mercúrio.

As informações constam no Inventário de Materiais Perigosos (Inventory of Hazardous Materials, IHM), documento encomendado pela ex-proprietária Sök e elaborado pela companhia norueguesa Grieg Green.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/76F7-8D45-4266-4508> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 76F7-8D45-4266-4508



Hash do Documento

41D148D0AFD04A003B9EC97AEEA8407C1CABB45D9451E0576F0CAD443D6C3674

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
03/02/2023 22:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

